



ISSN: 2525-5242

REVISTA PAISAGENS & GEOGRAFIAS

Landscapes & Geographies Journal

TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE DA IGREJA ASSEMBLEIA DE DEUS: UM BREVE ESTUDO DE CASO DO DISTRITO CATOLÉ DE BOA VISTA, CAMPINA GRANDE-PB

*TERRITORY AND TERRITORIALITY OF THE ASSEMBLEIA DE GOD CHURCH: A BRIEF CASE
STUDY OF THE CATOLÉ DE BOA VISTA DISTRICT, CAMPINA GRANDE-PB*

Nívea Regina de Meneses¹

¹ Graduada em geografia pela Universidade Federal de Campina Grande.

RESUMO

A Assembleia de Deus (AD) vem demonstrando durante seus mais de 100 anos de fundação, grande influência no cenário religioso brasileiro. Sendo considerada por muitos, a primeira "igreja" evangélica de cunho pentecostal brasileira. Hoje, segundo o censo 2010, estima-se que ela possua mais de 12 milhões de fiéis. Sua influência, no entanto, não se estabelece apenas por ser pioneira do pentecostalismo, mas por seu caráter proselitista e também por meio do uso de instrumentos como a casa publicadora das Assembleias de Deus que é responsável por inúmeros artefatos religiosos usados por outras inúmeras denominações religiosas. Sendo assim, é notável seu poder transformador no cenário religioso brasileiro. Para que a AD pudesse se dispersar no espaço sem que houvesse a fragmentação absoluta de sua organização, foram criadas as chamadas convenções, que transformou os diversos templos da AD, em um enorme e complexo território-rede que com diversos níveis de escala e poder, cobre todo o território brasileiro, trazendo assim, a possibilidade de comunicarem-se entre si, estabelecendo normas afim de estabelecer certa homogeneidade. Será então a partir desta fragmentação, que surgirá a convenção de ministros da igreja evangélica Assembléia de Deus de Campina Grande e no Estado da Paraíba (COMEADCG-PB), uma das duas convenções presentes no Estado, e cujo o territórios e territorialidade, serão explicitadas no decorrer da obra, que procura estabelecer diálogo com o campo do Distrito Catolé de Boa Vista, Campina Grande-PB, afim de melhor compreender as territorialidades e territórios da AD em Campina Grande-PB.

Palavras-chave: Território, Territorialidade, Poder, Território-rede.

ABSTRACT

The Assembly of God (AD) has been demonstrating, during its more than 100 years of foundation, great influence in the Brazilian religious scene. It is considered by many to be the first Brazilian Pentecostal evangelical "church". Today, according to the 2010 census, it is estimated that it has around 12 million faithful. Its influence, or why not say, power, is established not only for being a pioneer of Pentecostalism, but for its proselytizing character and also through the use of instruments such as the publishing house of the Assemblies of God, which is responsible for numerous religious artifacts used by other numerous religious denominations. Therefore, its transforming power in the Brazilian religious scene is remarkable. So that the AD could disperse in space without the absolute fragmentation of its organization, the so-called conventions were created, which transformed the various temples of the AD into a huge and complex territory-network that with different levels of scale and power, covers the entire Brazilian territory, thus bringing the possibility of communicating with each other, establishing norms in order to establish a certain homogeneity. It will then be from this fragmentation, that the convention of ministers of the Evangelical Church Assembly of God of Campina Grande and in the State of Paraíba COMEADCG-PB will arise, one of the two conventions present in the State, and whose territories and territoriality will be explained in the course of the work, which seeks to establish a dialogue with the countryside of the Catolé District of Boa Vista, Campina Grande-PB, in order to better understand the territorialities and territories of the Assembly of God in Campina Grande-PB.

Keywords: Territory, Territoriality, Power, Network Territory

INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa discutir acerca dos territórios e territorialidades das Assembleias de Deus (AD), que, atualmente é considerada a denominação religiosa pentecostal detentora de maior quantitativo de fieis no Brasil. Para isso, também foi ressaltado o poder exercido pela organização, que compreende um complexo território-rede. Longe das limitações impostas por meio do empobrecimento do conceito, tanto na academia como fora dela, que ignora outras formas do exercício do poder, é compreendido diversas facetas que demonstram sua inserção nas mais variadas relações estabelecidas. Bourdieu assim como Raffestin expõe o poder nome comum, e o também poder simbólico, presente em organizações religiosas como a Assembleia de Deus, que atua e influencia sem que haja visibilidade do poder de suas ações. Ao longo da história da humanidade, diversos episódios sobre a territorialidade religiosa, “pede” que haja considerações dos seus efeitos no espaço social.

Para realização desta pesquisa, destaca-se o empirismo, pois, será a partir da vivência da autora no âmbito das ADs que possibilitou os questionamentos acerca da organização. Assim, fez-se necessário o levantamento bibliográfico de base conceitual e histórica, além do Estudo de Campo no Distrito Catolé de Boa Vista que também contou com a participação e entrevista de cunho qualitativo com sete fieis das ADs. Para representação espacial do território das ADs, foi utilizado o QGIS para elaboração de mapas. Assim, traçaremos a história da organização evangélica pentecostal de maior destaque no Brasil, tentando compreender sua popularidade entre os grupos marginalizados, pontuando como funciona sua administração e como isso associa-se a criação e implantação de territórios como o do Distrito Catolé de Boa vista, Campina Grande-PB, que é enfatizado na pesquisa por meio do estudo de caso.

Sobre a igreja assembleia de Deus: breve relato histórico de sua territorialidade

O surgimento da denominação¹ religiosa Assembleia Deus (AD) no Brasil, em 1911, advém da obra missionária realizada pelos missionários suecos Gunnar Vingren e Daniel Berg logo após a passagem de ambos pelos Estados Unidos, a qual foi responsável pelas suas experiências com o pentecostalismo, uma forma “diferente” de se conectar com o divino num período em que o avivamento espiritual² estava em ápice no país. Nascimento (2020, p.41), compreende o difusionismo dentro desta expansão do pentecostalismo norte-americano em diversas outras culturas, traduzindo as ADs através do conceito de círculos culturais. “O difusionismo se preocupava em compreender o processo de transmissão dos elementos de uma cultura para outra e buscava descrever o desenvolvimento cultural por meio do processo da difusão de elementos culturais”. Essa difusão ocorreu por meio dos missionários, que através da imigração conseguiram criar novos círculos de difusão do pentecostalismo. Deste modo, para Nascimento podemos entender a cidade de Belém do Pará como o início de um novo círculo no qual o pentecostalismo foi difundido pelo restante do Brasil

¹ Denominação no cristianismo é uma organização religiosa que detém de um nome, estrutura e uma doutrina específica

² avivamento significa período de intenso fervor espiritual, marcado por grande número de conversões, cura e batismo no Espírito Santo

Para Rosendahl (2018, p. 24), “a difusão da fé torna-se particularmente importante para a geografia ao se refletir sobre a ação missionária de expansão de ideias e de condicionamentos simbólicos...”. No entanto, o que seria a missão? Segundo o livro de Marcos (MC, capítulo 16, versículo 15-16), Jesus ordena para seus seguidores espalharem sua doutrina: “ide por todo o mundo, pregai o evangelho a toda a criatura”. Desta forma, a missão é o ato de espalhar a doutrina³ de Cristo. A missão também é enfatizada no primeiro nome recebido pelas ADs, que começou inicialmente como “Missão da Fé Apostólica”, a denominação mudou para Assembleia de Deus posteriormente.

Será, então, por meio da imigração e obra missionária que os missionários suecos assegurarão a expansão da doutrina pentecostal, sendo esta a base de sua territorialidade. Sack (2013, p. 76) discorre sobre a territorialidade como, “a tentativa, por indivíduo ou grupo, de afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relações, ao delimitar e assegurar seu controle sobre certa área geográfica”. Logo, a territorialidade, como criticam Haesbaert e Sack, é mais do que um conceito estreito que se refere apenas ao caráter abstrato do território. Ao contrário, será por meio da territorialidade que, independentemente da natureza quantitativa do agente criador, o território será criado, moldado, identificado e estruturado. É na territorialidade onde nasce o poder que se solidificará no território, e , cada instituição estabelece seus meios para determinado fim.

A territorialidade, no nosso ponto de vista, não é apenas "algo abstrato", num sentido que muitas vezes se reduz ao caráter de abstração analítica, epistemológica. Ela é também uma dimensão imaterial, no sentido ontológico de que, enquanto "imagem" ou símbolo de um território, existe e pode inserir-se eficazmente como uma estratégia político-cultural, mesmo que o território ao qual se refira não esteja concretamente manifestado - como no conhecido exemplo da "Terra Prometida" dos judeus, territorialidade que os acompanhou e impulsionou através dos tempos, ainda que não houvesse, concretamente, uma construção territorial correspondente. (HAESBAERT, 2007, p. 25)

Deste modo também se dá a criação e poder das ADs, que começam não com um templo, mas através da oralidade com caráter evangelizador, onde, antes que fosse conquistado qualquer território, os missionários suecos precisaram ganhar seguidores para doutrina pentecostal a qual proclamavam. “Assim, devemos primeiramente distinguir os territórios de acordo com aqueles que os constroem, sejam eles indivíduos, grupos sociais/culturais, o Estado, empresas, instituições como a Igreja etc.” (HAESBAERT, 2004). Ou seja, ampliar a pesquisa sobre os territórios, compreendendo que para uma visão mais ampla do objeto de estudo, é necessário perceber as relações de poder que ali se estabelecem,

³ “A doutrina está relacionada a um conjunto de princípios de ou dogmas de uma religião.”(SANTOS, 2020)

afim de um trabalho mais crítico e não puramente descritivo, levando em consideração a territorialidade como um conceito relevante para tais pesquisas.

Sobre a origem e disseminação do pentecostalismo, breves reflexões sobre o contexto histórico e social dos seus seguidores

O pentecostalismo moderno, próximo ao que nos deparamos hoje, ascendeu no século XX, nos Estados Unidos, que na época passara por diversas crises e rupturas para com o estilo de vida conhecido até então, obtendo incontáveis marginalizados a procura de uma identidade. Um nome específico teve grande destaque, o de William Seymour, um homem preto, filho de pessoas escravizadas e que mesmo dentro do campo religioso sofria com o racismo de um país que não há muito tempo havia libertado os até então escravizados. Foi Seymour que na rua Azuza Street (conhecido movimento para pentecostais) em Los Angeles no ano de 1906 abriu uma congregação destaque, servindo de inspiração para outras tantas denominações pentecostais. Até então, o pentecostalismo e avivamento cristão se caracterizava como doutrina e não uma denominação específica.

Como sabemos, territorialidade não é neutra, existem diversos agentes responsáveis por sua criação e manutenção. Pelo contexto social, tais agentes compreendem fatores que auxiliam no processo de ascensão e permanência da dominação, (ROSENDAHL, 2018). Grande parte dos seguidores do pentecostalismo eram marginalizados, ex-escravos, imigrantes, mulheres, pessoas de baixa renda, etc, sendo estes os mais afetados na crise que ocorria nos Estados Unidos. Campos (2005, p. 106) discorre que, “o aumento do mal-estar de imigrantes e o sofrimento concreto dos pobres tornou quase necessário que o pentecostalismo viesse beber no poço da tradição reavivalista”. A simplicidade da doutrina pentecostal trouxe abertura para a expressão emocional dos fiéis; o crente pentecostal pôde sentir “Deus” intimamente sem a necessidades de mediadores, através do batismo com Espírito Santo⁴.

O fervor emocional das religiões majoritariamente compostas por marginalizados depende de uma liderança com a qual os fiéis se identifiquem. Logo, o estalo de líderes religiosos como Seymour, um negro, filho de ex-escravos, e, como os próprios suecos Gunnar Vingren e Daniel Berg, (também pobres imigrantes nos EUA), foi fundamental para popularização do pentecostalismo. Xavier e Santos (2020, p. 5) enfatizam que, “quando a Igreja Assembleia de Deus se consolidou o Brasil tinha menos de 25 anos de abolição da escravatura, tendo ainda muitos ex-escravizados, e que continuavam marginalizados em uma sociedade majoritariamente cristã”. Consequentemente, a igreja católica não parecia muito convidativa. “[...] A igreja Católica, além das missas em latim, era a igreja em que estavam seus antigos senhores e os principais teóricos da legitimação da escravatura” (KELM, 2015, p. 140). Os suecos então trazem à tona o chamado “catolicismo por substituição”, conceito este usado por Campos

⁴ A conversão na concepção evangélica, diz respeito ao momento no qual uma determinada pessoa aceita o convite do pastor e passa a fazer parte de alguma denominação evangélica. Para a Assembleia de Deus e outras denominações pentecostais, após essa etapa, a pessoa é capaz de vivenciar curas e outros milagres, a glossolalia chega por meio do Espírito Santo, parte da trindade que forma o um só Deus para os cristãos, constituído de Deus pai, Deus filho e espírito santo

(2005), para definir o processo de crescimento do pentecostalismo no país.

Obra missionária e evangelismo para difusão da fé: de Belém do Pará a Campina Grande Paraíba

Em 18 de junho de 1911 nasce a Missão da Fé Apostólica, posteriormente Assembleia de Deus, com os cultos sendo realizados dentro da casa de Celina Albuquerque, com cerca de 18 fieis. Daniel Berg e Gunnar Vingren, fundadores da Assembleia de Deus, conseguem então, atingir ex-escravos e seus descendentes, nordestinos e seringueiros desempregados, que retornam a seus municípios de origem levando a mensagem que, em menos de 20 anos, alcança todo o país (Alencar, 2000; Fausto, 1999). A vinda da Assembleia de Deus para Campina Grande-PB, no entanto, ocorre com um dos participantes do movimento que se iniciou em Belém do Pará. Contudo, fontes que narrem o ocorrido são escassas. O *site* oficial da Assembleia de Deus em Campina Grande-PB (ADCG) apresenta como precursor o paraibano Manoel Francisco Dubu, o primeiro homem do Brasil a ser batizado com o Espírito Santo e que, ao retornar a Campina Grande em 17 de dezembro de 1914, trouxe aos seus conterrâneos a doutrina bíblica da atualidade do batismo no Espírito Santo e dos dons espirituais.

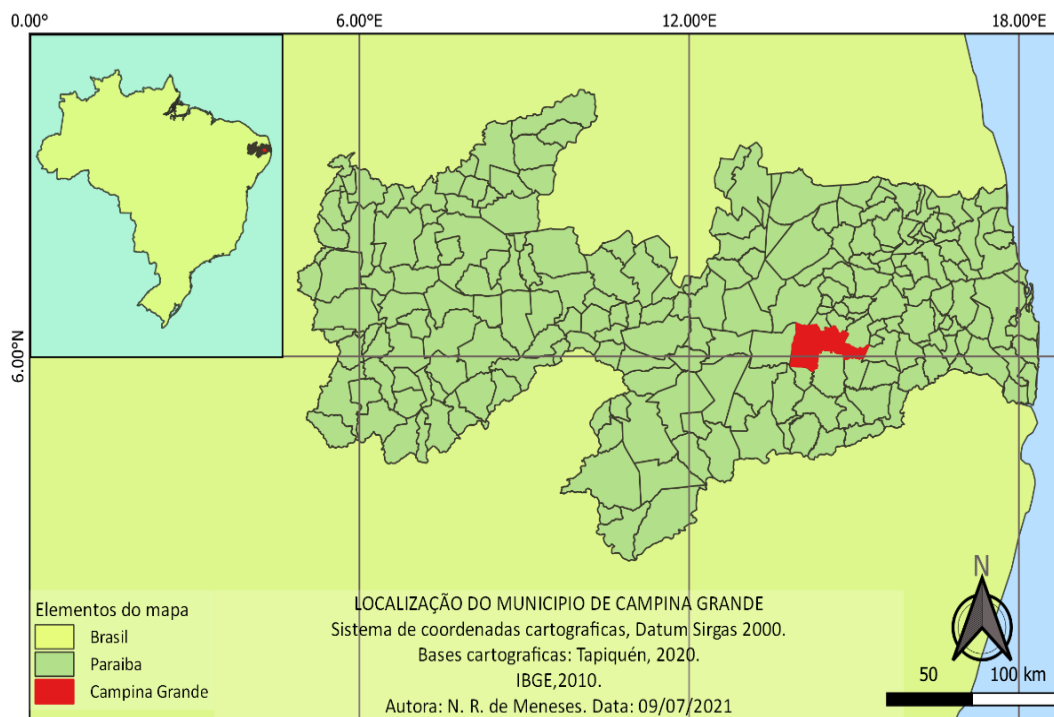


Figura 1: Mapa da localização do município de Campina Grande-PB. Fonte: MENESES, N.

Assim, o desenvolvimento das ADs em Campina Grande-PB surge através de inúmeras pessoas voltando do Pará para seus Estados de origem, impulsionadas pela falta de oportunidades e obra missionária, seguiam e davam novas características ao processo migratório da época.

Consequentemente, a AD por via oral e através das evangelizações vai expandindo-se consideravelmente em curtos períodos de tempo. É por volta de 1927 que é construído na Rua João Pessoa o primeiro templo da Assembleia de Deus de Campina Grande-PB, e apenas em 1950 a igreja sede atual foi construída na Rua Antenor Navarro, número 693, no bairro da Prata. Sobre os motivos do grande número de congregações ADs em Campina Grande-PB, surge a participação do pastor Francisco Pacheco de Brito, que no ano de 1986 tornou-se presidente da Convenção de Ministros da igreja evangélica Assembleia de Deus em Campina Grande e no Estado da Paraíba (COMEAD-CGPB). Ele foi um dos responsáveis pela expansão do Evangelho em toda cidade, fixando a abertura de congregações em cada bairro do município, alcançando as demais cidades do Estado.

A relevância do pastor Pacheco de Brito para fundação da AD em Campina Grande evidencia-se nas transformações espaciais ocorridas no município, que tem um viaduto nomeado com seu nome. Os geo-símbolos marcam no espaço a intenção dos agentes de perpetuarem sua dominação no imaginário da população, cuja identidade religiosa vai tomando força por meio das territorialidades exercidas. “Neste caso, identidade nacional e identidade religiosa são identificadas como correlatas.” (CORREA, 2007, p. 12). Desta forma se estabelece na identidade dos campinenses uma forte ligação com as igrejas. Isso se expõe nas escolas com símbolos religiosos, no Memorial da Bíblia, no evento Consciência Cristã, dentre outras homenagens fornecidas por meio do Município.

Para Rosendahl (2018), a territorialidade religiosa significa o conjunto de práticas que são desenvolvidas pelas instituições/grupos com a intenção de controlar dado território, “onde o efeito do poder do sagrado reflete uma identidade de fé”. Desta maneira, ela visaria, assim como qualquer outra organização, segundo Rafestin, (1993, p.127) “se expandir, reunir, controlar e gerenciar”. O padrão de como se dá a criação de novos templos da denominação mostra que o proselitismo começa por meio da evangelização, introdução de um ponto de culto na casa do novo convertido, expansão da doutrina, ganho da comunidade e, por fim, estabelecem o templo. A Assembleia de Deus no município de Campina Grande possui cerca de 40 mil membros, distribuídos em 102 congregações estabelecidas apenas dentro do perímetro urbano de Campina Grande, além de 109 filiais espalhadas pela Paraíba.

O poder doutrinário das ADs

Para além do poder Estado-nação, cujo posto é visível, nos deparamos frequentemente com inúmeros tipos de poderes não necessariamente fáceis de detectar, isso porque, sua forma de controle baseia-se grande parte das vezes por meio da legitimação e domínio do imaginário popular, passando despercebido enquanto colhe os frutos da sua soberania. Assim, percebemos que o Estado pode influenciar a infraestrutura de uma cidade, mas é “fácil” ignorar seu poder no imaginário da população enquanto cria espaços simbólicos a favor dos próprios interesses. Durante as entrevistas realizadas com fieis da AD, foi notado que por unanimidade todos se referiam a doutrina da denominação como fator predominante para estarem ligados a mesma. A doutrina, diz respeito a um conjunto de ideias sistematizadas, quer sejam religiosas ou não, e tem sua origem do latim *doctrina*, que se refere ao ensino,

formação teórica. Na concepção assembleiana, a doutrina se estabelece por meio de inúmeras interpretações da bíblia, que são ensinadas, ampliadas e legitimadas. As ADs possuem em sua estrutura de cultos dois eventos semanais que focam a doutrinação, a escola bíblica dominical, e o culto nomeado como “doutrina”.

Logo, as ADs possuem seus dogmas, e por meio da doutrina compreende o conjunto de ideias e instruções de como viver esses preceitos. A base doutrinária das assembleias se baseia no *pentecostalismo* e no chamado “*usos e costumes*”. A doutrina pentecostal assembleiana surge com o “ensinamento do batismo com o Espírito Santo [...]. Nesse sentido, buscará fundamentar esse novo ensinamento com base bíblica, no sentido de legitimar tal ensino” (NASCIMENTO, 2020, p. 45). Em uma obra da CPAD escrita por Cabral (2011), temos a seguinte referência ao batismo com espírito santo “... é uma experiência distinta da salvação. Ele reflete a busca por uma aproximação mais pessoal do crente com Deus. Por isso, e de modo geral, o movimento pentecostal tem a vocação de fazer oposição contra uma formalidade intelectual da vida cristã.” O batismo com espírito santo se dá para os assembleianos e pentecostais com o dom da glossolalia.

Logo, partimos para segunda base doutrinária das ADs, *os usos e costumes*, que vai liga-la diretamente ao movimento conservadorista, sendo destacada como uma denominação rígida no cenário religioso brasileiro, e em contrapartida, a denominação evangélica com maior número seguidores no Brasil. A maior parte das limitações da doutrina de usos e costumes estão associado às mulheres e a sexualidade. O que começou, segundo Kelm (2015), com presença massiva de liderança negra e feminina na denominação, se tornara, a partir da década de 50, uma instituição com ênfase no patriarcado.

[...] com a proibição do ministério feminino e com o domínio da liderança conservadora [...] as ADs vinham em seu projeto de retraimento. É refratária à educação teológica, é contra o ministério feminino, proíbe participação política de seus membros, é contra a prática de esportes e o consumo de todo e qualquer tipo de diversão; também é contra o Rádio e TV. Seu marcante legalismo em seus usos e costumes (quase exclusivamente feminino), visto como pureza de doutrinal é pregado como fiança de legalização da atuação do Espírito Santo. Somos pentecostais, porque não usamos isso e aquilo, não bebemos, não fumamos, não dançamos etc. e isso, caricaturalmente, era (e ainda é para alguns grupos) distintivo de identidade de santificação. É a marca. É a fiança. (ALENCAR, 2012, p. 175)

A doutrina de uso e costumes, adota então, um posicionamento fortemente disciplinar, dominando os corpos dos fiéis, principalmente das mulheres, onde a forma de se vestir, sexualidade dentre outras regras são aplicadas aos crentes e que fazem parte da identidade da denominação. Por mais que essas regras possam ser mais intensas ou mais flexíveis a depender do tempo, localidade geográfica

e do pastor que esteja atuando na liderança da igreja, ela se estabelece até hoje como base doutrinária das ADs, apresentando maior complexidade e possuindo mais elementos, sendo questões de gênero e sexualidade as mais atacadas pela doutrina.

Território-rede, o poder territorial das ADs

A ambiguidade se encontra aí, portanto, uma vez que há o "Poder" e o "poder". Mas o primeiro é mais fácil de cercar porque se manifesta por intermédio dos aparelhos complexos que encerram o território, controlam a população e dominam os recursos. É o poder visível, maciço, identificável. Como consequência é o perigoso e inquietante, inspira a desconfiança pela própria ameaça que representa. Porém o mais perigoso é aquele que não se vê, ou que não se vê mais porque se acreditou tê-lo derrotado, condenando-o à prisão domiciliar. (RAFFESTIN, 1993, p. 52)

O poder apresenta-se em rede, estando inserido nas mais variadas relações e escalas. Raffestin, ao trabalhar com os conceitos de Poder explícito e o poder invisível, aponta a complexidade de se perceber o segundo, pois este não é visto facilmente, e por isto, é destacado o potencial da sua influência. Logo, as ADs dispõem de um poder muito mais complexo do que imaginamos, e isso cabe para outras inúmeras instituições religiosas, que por meio da doutrina, podem determinar um pensamento único entre seus seguidores que tendem a perder a autonomia por meio da legitimação dada pelos próprios fiéis em nome de suas crenças. Portanto, o poder vai tomando diversas formas, apresentando-se também, como algo natural, que é inerente ao cotidiano, fazendo com que qualquer oposição soe como traição.

Para Sack (2013, p. 63) a “Territorialidade é uma expressão geográfica primária de poder social”. A ela cabe a defesa e até mesmo a criação de dado território, por meio dela quem está no poder é capaz de manter e ampliar seus domínios. Logo, para além da estratégia, a territorialidade molda comportamentos, sendo também utilizada para excluir e incluir pessoas. “A territorialidade, como um componente de poder, não é apenas um meio para criar e manter a ordem, mas é uma estratégia para criar e manter grande parte do contexto geográfico através do qual nós experimentamos o mundo e o dotamos de significado” (SACK, 1986, p.93). Isso decorre por meio do sentimento de identidade, sobre a qual a lógica imposta é abraçada com naturalidade. Um grave exemplo disto, é o posicionamento político das ADs no ano de 2018, quando escancaradamente, assumiram um papel contra a esquerda, possuindo líderes religiosos com ideias similares as notícias falsas compartilhadas no período eleitoral e a nítida simpatia ao então candidato a presidência Jair Bolsonaro. Com essas informações é fácil concluir as intenções das ADs, que por meio da Casa Publicadora das Assembleias de Deus (CPAD)⁵, lançou no segundo semestre de 2018 a lição bíblica dominical “Valores cristãos: Enfrentando as

⁵ A editora CPAD teve início no ano de 1940 sendo ela a resposta para o governo de Getúlio Vargas que impôs em decreto que todos os jornais deviam ser registrados. Desta forma, as ADs que buscavam propagar-se mais rapidamente fundaram a editora, que hoje conta como presidente administrativo José Wellington Costa Junior, o também presidente da Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil (CGADB).

questões morais de nosso tempo”, sendo ela estudada semanalmente por três meses próximo as eleições.

A lição em evidência, forneceu diversas informações manipuladas e de alto teor preconceituoso, contendo sufixo “ismo” para referir-se à homossexualidade, sendo que em 1990 o termo foi abolido por estar ligado a um período em que ser homossexual era considerado uma doença mental. Além de afirmações homofóbicas, a lição contém ideologias machistas, transfóbicas e misóginas, alimentando claramente a ideia de que “a igreja” estaria sendo perseguida, mesma lógica das notícias falsas vinculadas aos grupos políticos de esquerda. E, veja bem, não se trata apenas de uma doutrina religiosa “ultrapassada”, mas sim, do poder e intenção do agente, que procura afirmar-se na religião obtendo dela respaldo para legitimar seus próprios ideais. Não raramente, o poder religioso se atrela ao poder político por seu papel de influenciador, e, com ambos os poderes unidos, enxergamos continuamente desastres atrelados as perseguições ao que eles afirmam ser “pecado”, pensamento este induzido pela ditadura do existir, que ignora a liberdade de diferenças religiosas e de ser no mundo, o que traz para nossa sociedade plural, uma dura imposição ideológica. Um trecho que revela parte da natureza da obra, diz o seguinte:

A Ideologia de Gênero pretende relativizar a verdade bíblica e impor ao cidadão o que deve ser considerado ideal. Acuada parcela da sociedade não esboça reação e o mal vem sendo propagado. No entanto, a igreja não pode fechar os olhos para a inversão dos valores. Os cristãos precisam reagir e “batalhar pela fé que uma vez foi dada aos santos” (Jd v.3) Os defensores deste conceito promovem a inversão dos valores e afrontam os princípios cristãos (BAPTISTA, 2018).

Em outro momento a obra prossegue:

[...] Essa posição não aceita o sexo biológico (macho e fêmea) como fator determinante para a definição dos papéis sociais do homem e da mulher. [...] Outra consequência lógica dessa ideologia é que a determinação do sexo de uma pessoa agora é definida pelo fator psicológico, bastando ao homem, ou à mulher, aceitarem-se noutro papel. Além disso, faz-se apologia à prática do homossexualismo e do lesbianismo. Tanto as Escrituras quanto a tradição eclesiástica sempre confrontaram essa tendência humana de inverter os papéis naturais (Tal ideologia induz ainda ao pior dos pecados: a insolência da criatura de se rebelar contra o seu Criador (Rm 9.20) (BAPTISTA, 2018).

A ideia de que a igreja estava sendo perseguida, lembra muito o pensamento incitado pelas notícias falsas em redes sociais e até mesmo em mídias como a televisão, onde Jair Bolsonaro chegou a demonizar a teoria da “ideologia de gênero”, com a Fake News mais conhecida das eleições de 2018, o “kit gay”, que, inventado e divulgado como fato, foi ligado de forma indevida a oposição.

A utilização de notícias falsas é, na realidade, um dos diversos elementos que podem ser utilizados no que foi chamado, em um certo contexto, de estratégia de “propaganda”. A notícia falsa que interessa no nosso

contexto não é aquela que pode resultar de uma falha de apuração, de um engano ou de outro fator pontual. Ela é a que se revela parte de uma estratégia com uma finalidade definida, que visa a induzir a que uma determinada opinião ou comportamento seja assumido pela sociedade. (AZEVEDO, p. 100)

Assim, voltamos para o conceito territorialidade, percebendo as visíveis manifestações de poder atreladas as estratégias de controle, agora, diante uma sociedade globalizada. As ADs por meio da territorialidade, não apenas surgem territorialmente, mas ideologicamente vão incorporando elementos que afetam fieis e simpatizantes, que atrelada a globalização apresenta a utilização de informações que circulam facilmente, não precisando gastar demasiada energia para obterem o poder desejado. Tamanha fluidez e múltiplos territórios, associados a grupos dominantes, podem levar a exclusão daqueles que não se encaixam ao padrão estabelecido pelos detentores de poder.

A fala corriqueira no âmbito político conservador de que as minorias precisariam se moldar em prol da maioria, nutre no imaginário da população esse binarismo entre o certo e pecado, o que dificulta o exercício da democracia e direitos humanos por aqueles que são marginalizados. Para além do poder simbólico, a materialidade do poder das ADs expõe-se por meio dos territórios que também se apresentam em rede. Notamos, assim como defende Sack, que a territorialidade se dá de diversas formas e níveis, no qual cada nuance de controle apresenta-se a partir dos interesses de seus próprios agentes. Para o território, será por meio da territorialidade que ele será mantido, ampliado e identificado.

Ao contrário de muitos lugares comuns, territórios requerem esforços constantes para estabelecê-los e mantê-los. Eles resultam de estratégias para afetar, influenciar e controlar pessoas, fenômenos e relações. Circunscrever coisas no espaço, ou num mapa, como quando um geógrafo delimita uma área para ilustrar onde o milho é cultivado ou onde a indústria está concentrada, identifica lugares, áreas, ou regiões no sentido comum, mas não cria por si um território. Essa delimitação torna-se um território somente quando seus limites são usados para afetar o comportamento ao controlar o acesso (SACK, 2013, p. 77).

Sack nos conduz para noção do território como não meramente uma delimitação, mas sim, uma delimitação onde reside relações de poder que se utiliza das territorialidades para atuarem. O território nas falas de Souza (2000, p. 78), aparece como “um espaço definido e delimitado por e a partir das relações de poder”. O trabalho, ora enfatizado pela força ora pela informação, marca a trajetória dos agentes que criam, modelam e controlam os territórios. É necessária energia para ampliar, criar, controlar. Contudo, quanto mais poder de informação detém-se menos energia é gasta. Portanto, faz-se necessária a vigilância, e até mesmo violência se a territorialidade como estratégia de controle não funcionar, violência não necessariamente física, mas também simbólica, pois onde existe poder existe também a resistência. Sendo o poder profuso, torna-se o território inevitavelmente múltiplo, marcado pelas relações de poder dos múltiplos agentes que em rede estabelecem seu “reinado”. Assim, o território

ganha mais contraste perante sua interpretação. De acordo com Souza:

Outra forma de se abordar a temática da territorialidade, mais abrangente e crítica, pressupõe não propriamente um descolamento entre as dimensões política e cultural da sociedade, mas uma flexibilização da visão do que seja o território. Aqui, o território será um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais que, a par de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um limite, uma alteridade: a diferença entre "nós" ... e os "outros"... Vários tipos de organização espaço-temporal, de redes de relações, podem surgir diante de nossos olhos, sem que haja uma superposição tão absoluta entre o espaço concreto com os seus atributos materiais e o território enquanto campo de forças. Um enraizamento tão forte como aquele focalizado por Ratzel (e a maior parte da tradição da Geografia Política, além, é lógico, da Geopolítica) não precisa existir para que se tenha territórios. Territórios, que são no fundo antes relações sociais projetadas no espaço que espaços concretos (SOUZA, 1995, p. 86).

Logo, para que haja melhor compreensão acerca dos territórios, é necessária uma ruptura para com a ideia superficial e limitada que temos do conceito, uma vez que, não dificilmente partimos do ideal concreto e negligenciamos as relações de poder que se estabelecem no espaço. Quando nos propomos a entender a lógica dos territórios das ADs, é preciso começar justamente pelas relações sociais estabelecidas pela instituição, e saber que esses territórios (longe de ser um) é marcado pela identidade de um grupo. Para isso, devemos, como pontua Souza, ter mais criticidade para compreensão da diversidade territorial. Assim, as ADs abarcam inúmeros templos que se espalham por todo país, que se visto de forma isolada, são anacrônicos, porém, quando compreendemos que se trata de um enorme território-rede que reúne cerca de 12 milhões de fiéis em todo Brasil, visualizamos melhor o poder territorial da organização.

Organização territorial das Assembleias de Deus

Não basta, como realça Haesbaert (2007, p.22), romper com o dualismo entre fixidez e mobilidade traduzindo o conceito de território-rede, mas, perceber que “mais do que suas formas... importa o tipo de poder e os sujeitos neles envolvidos”. Portanto, buscaremos expor como se estabelece os territórios das ADs por meio da escala que traduz também o nível hierárquico pastoral. Existem quatro tipos de divisão territorial nas ADs, a convenção, campo, igreja e congregação. O território mais forte da organização são as chamadas *convenções*, concebidas por no mínimo 500 pastores além dos evangelistas, que unidos, criam e dão forma para as convenções, neste ponto fica mais nítido como a hierarquia e poder destes agentes são primordiais para o surgimento e características dos territórios da organização.

Por meio da coordenação da convenção será atribuído o estatuto, que tornará a padronização possível. As convenções, no entanto, são independentes, mas não isoladas, pois é o aglomerado de convenções que constitui a Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil (CGADB), sendo esta

a convenção de maior escala da instituição. A CGADB procura por meio de reuniões com os pastores presidentes das demais convenções, unificar o território rede. Por isso, existe uma constante necessidade de deslocamento entre os pastores presidentes das convenções, o que também se repete com os pastores dos campos, que migram periodicamente para os templos estabelecidos como sede. Ao pastor presidente da CGADB, é atribuída a responsabilidade de reunir-se com os pastores presidentes das convenções, criar projetos, estabelecer normas, decidir situações a nível nacional, além de estar incumbido de intermediar problemas entre as convenções. O pastor presidente deve ser eleito por pastores e evangelistas⁶, sendo ambos os cargos de maior destaque na liderança da instituição, sua saída demanda algum “escândalo”, morte ou abdicação.

Os *campos* são a soma de igrejas e congregações coordenadas por pastores que são escolhidos pelo pastor presidente local, eleito com a mesma lógica do pastor presidente geral, porém a ele está incumbido uma convenção com escala menor. Lembrando que os territórios ADs são mais complexos que apenas templos espalhados, e, um campo pode ser também onde se localiza a sede da convenção, neste caso o pastor presidente também será o pastor que dirige o campo. No entanto, uma convenção é também a soma de diversos campos, assim sendo, de forma geral, são pastores demandados pela presidência que assumem a liderança desses territórios.

As *igrejas* assim como as congregações são os territórios de menor escala inseridos nas ADs, ambas têm seus limites evidenciados e limitados através das construções físicas erguidas e diferenciam-se a partir do poder exercido em cada território. As igrejas são enfatizadas por terem Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), logo, expõe-se como legítima. Cada campo irá possuir apenas uma igreja, o que a centraliza, tanto em questão financeira por ser a única construção apta a receber as finanças da organização, como porque são nelas em que o cargo de maior relevância está incorporado, no caso são os pastores designados pela presidência da convenção que são responsáveis por dirigirem as igrejas dos Campos. O poder das [igrejas] templos sedes evidenciam-se também na estrutura da construção, maior e mais adornada, estabelecendo-se por vezes nos grandes centros das cidades.

Chegamos a base do território AD, que corresponde as chamadas *congregações*. Para melhor compreensão acerca das congregações podemos enfatizar sua numerosidade, já que diante de um campo são as congregações que prevalecem, estando inseridas nos mais diversos bairros, distritos, sítios, localidades no geral. Um campo será formado por uma igreja ligada a um número “ilimitado” de congregações, que são, no entanto, administradas pelo pastor e pela “igreja sede⁷”. Outra característica específica das congregações diz respeito a sua flexibilidade para com sua direção, já que abrange evangelistas, diáconos, presbíteros, auxiliares, sendo uma forma interessante para galgar o pastoreado.

Ao verificarmos o diagrama (figura 2), confirmamos a pertinência da relação hierárquica dos cargos para criação e manutenção do território-rede das ADs. Não será a concentração de poder que manterá a sua estrutura, mas sim, a capacidade de ligar-se por meio das convenções, que estabelece uma

⁶ Vale ressaltar que mulheres não podem participar da liderança, sendo elas consequentemente excluídas da participação da escolha dos líderes religiosos.

⁷ Onde ocorrerá as festividades e eventos de maior relevância, dependendo dos lócus

divisão territorial própria e rica em detalhes. Para a construção do poder territorial das ADs, foi necessário a fragmentação para dispersão, e da hierarquia para controle e unificação da identidade da instituição, já que são os pastores que estabelecem por meio da doutrina unificada, a identidade dos assembleianos. Ou seja, faz-se necessário lembrar que território é fundamentalmente o palco das relações de poder, sendo ele um reflexo das territorialidades. Logo, um templo serve para que fieis comunguem, mas também, através da escala de poder atribuída a ele, temos mais que um templo, mas também a sede de reuniões mensais entre pastores que através de encontros frequentes circulam a economia da instituição assim como informações, manutenções, doutrinas, normas e projetos. Isso ocorre por exemplo, com o município de Campina Grande-PB, que mensalmente reúne diversos pastores de toda a COMEAD-CGPB na sua sede no bairro da Prata. Assim, o templo sede de Campina Grande-PB, ganha novos contrastes, a partir do momento que as relações de poder estabelecidas realçam sua funcionalidade dentro dos territórios ADs

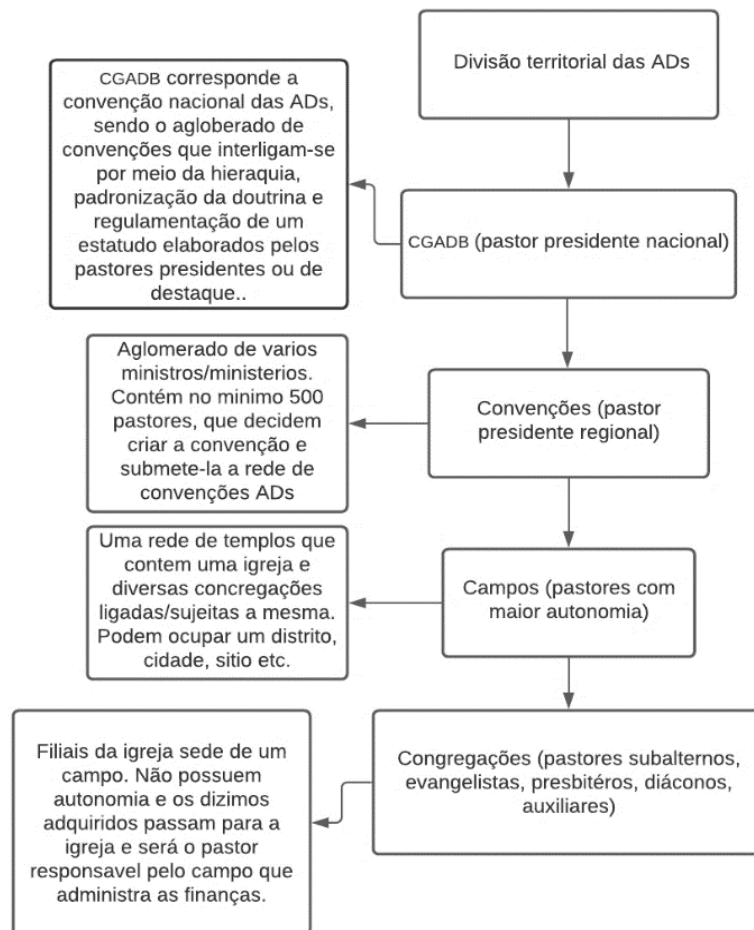


Figura 2: Divisão territorial das ADs. .Fonte: MENESES, N. R.

Território das ADs em Campina Grande-PB, um breve estudo de caso sobre as ADs no Distrito

Catolé de Boa Vista-PB

O município de Campina Grande, corresponde hoje a sede da COMEAD-CGPB, a convenção englobava até o ano de 2020, 111 igrejas correspondentes a convenção em toda a Paraíba. Enfatizando que essas igrejas estão associadas a inúmeras congregações, sendo evidenciada por seu controle dentro dos campos. Apenas no município de Campina Grande-PB, a Assembleia de Deus possuiu cerca de 125 templos erguidos. Entretanto, acerca da tabela abaixo vale salientar que os Distritos de Campina Grande são apenas três: Catolé de Boa Vista, Galante e São José da Mata. No entanto, o Lucas que faz parte do distrito Catolé de Boa Vista, também é identificado como campo. Diante disto percebemos que existe um método próprio adotado pelas ADs para divisão territorial, baseando-se em necessidades e estratégias específicas, que ajudam na manutenção do território-rede. Para isso é levado em consideração a localização geográfica, pois o pastor da igreja precisa de fácil acesso as congregações. Além disso, outro fator relevante é a independência financeira da igreja que somada as congregações, não precisarão de auxílio externo. Isso porque nem todas as congregações conseguem manter-se apenas com o dizimo recolhido. Contudo, para os Campos que não possuem boa entrada de verbas, mesmo que consigam subsistir recebem auxílio de cesta básica da convenção, recebidas periodicamente na reunião que ocorre entre os pastores da convenção COMEAD-CGPB em Campina Grande-PB.

Tabela das congregações Ads em Campina Grande-PB

Campos	Total de congregações/igreja
Área Urbana de Campina Grande	102
Católé de Boa Vista (Distrito)	3
Galante (Distrito)	13
Lucas (Sítio)	2
São José da Mata (Distrito)	5

Algo padronização

na Paraíba, se estabelece uma, os templos sede, da cor azul.

Já em sua arquitetura se expressa por elementos verticais evidenciados no topo da fachada da construção. Desta forma, fica mais fácil compreender quais as Assembleias de Deus pertencem a convenção, já que estas possuem particularidades que precisam ser evidencias também em sua estrutura física. Além disso, muitos dos templos detêm de placas informativas acerca da sua ligação com a convenção, COMEAD-CGPB.

O Distrito Catolé de Boa Vista (figura 4), com cerca de 4 mil habitantes integra o município de Campina Grande, Paraíba. Segundo o IBGE ele foi criado em 1949 com terras desmembradas do distrito de Caturité e do município de Cabaceiras. A igreja de Catolé de Boa Vista foi construída há cerca de 30 anos. Entrevistados dão o mérito da construção dos templos para evangelistas que advinham dos municípios de Campina Grande e Boa Vista. Seguindo a lógica da territorialidade da denominação, os

cultos começaram na casa de uma fiel e a partir daí obtiveram influência necessária para criação de um templo. Vale enfatizar que o Distrito Catolé de Boa Vista antes da pavimentação da estrada era de difícil acesso, contendo apenas um ônibus por dia para trânsito de moradores e raras vans que se arriscavam pela estrada precária. Ainda assim, foi relatado que fiéis das ADs, vinham em Brasília (carro muito popular nos anos 1980) e utilizavam mão de obra voluntária para a construção da igreja.

A territorialidade pentecostal é marcada pela descentralização de decisões e por uma informalidade que facilita de maneira considerável a difusão dessa crença no espaço. Tais características permitem ao pentecostalismo, não apenas o acompanhamento mas, sobretudo, a adaptação às causalidades e às transformações inerentes e iminentes à sociedade moderna. (MACHADO, 1997, p. 230).

Hoje, Catolé de Boa Vista conta com um campo próprio, e assim como o Distrito pertence a Campina Grande-PB, no entanto não faz parte do seu campo, ocorre com um sítio que integra o Distrito, no caso do sítio Lucas que também apresenta independência. Atualmente, o campo de Catolé de Boa Vista é composto apenas por uma igreja e duas congregações (Congregação da Quixaba, Congregação do Boi velho, Igreja sede do campo Catolé de Boa Vista, figura 3), não havendo outras igrejas no Distrito, se não a Assembleia de Deus e uma Igreja Católica.



Figura 3: Respectivamente congregação da Quixaba, Boi velho e Igreja sede do campo Catolé de Boa Vista. Fonte: MENESES, L

Dessarte a identidade dos moradores da localidade é influenciada pela AD, que acaba se destacando em espaços rurais e com pouca oportunidade de entretenimento. Como a única denominação evangélica do Distrito, boa parte da população feminina usa saia, alguns problemas jurídicos, por exemplo, antes de chegarem na justiça são relatados ao pastor, e muitas vezes apenas para ele. O pastor costuma receber frequentemente presentes dos fiéis, que o enxergam como liderança, e a igreja AD, dentre outras tantas denominações evangélicas, a correta. “A territorialidade, além de incorporar uma dimensão mais estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar”(HAESBAERT, 2007, p. 22). As ADs Fornecem desta forma, para o Distrito marginalizado, a atenção que falta até mesmo da gestão do município, criando

uma ligação de pertencimento com os crentes.

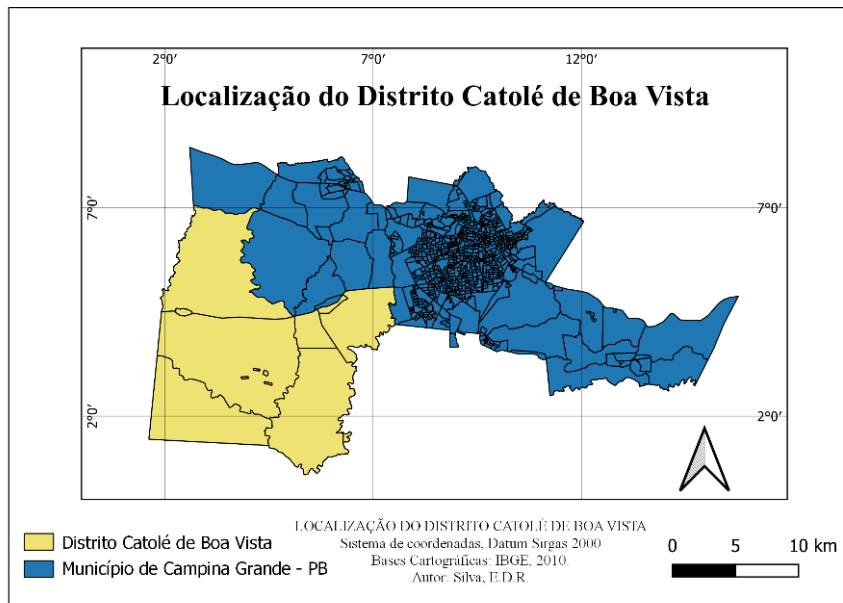


Figura 4 : Localização do Distrito Catolé de Boa Vista, Campina Grande- PB. Fonte: SILVA, E.D.R.

Logo, estamos diante de um poderoso território-rede, que apenas em Campina Grande-PB possui cerca de 40 mil membros, e cerca de 12 milhões (segundo senso do IBGE de 2010) em todo Brasil. Em Catolé de Boa Vista, foi possível a entrevista com 7 fiéis, que exemplificaram que: mais do que brasileiros, são também assembleianos. Entre os pontos destacados como fundamentais para congregarem na AD, todos, exceto uma pessoa, informaram que tinha sido por causa da doutrina simples, e que soava como certa. Sendo os moradores de Catolé de Boa Vista, em sua maioria, pequenos agricultores e criadores de animais, que por sua faixa etária mais avançada ou até mesmo pelas oportunidades limitadas fornecidas ao Distrito, poucos possuem escolaridade além do ensino fundamental, e nenhum dos entrevistados ou membro da igreja possuem ensino superior. É marcado então, o apreço pela simplicidade da Doutrina, e didática por meio dos líderes religiosos que também se configuram por falar a “língua” do povo. Outra característica que traz a noção de pertencimento, é o forte conservadorismo das localidades “interioranas”, a qual a doutrina das ADs abarca.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos acerca da territorialidade das ADs demonstram a relevância da compreensão sobre a criação e o poder dos agentes por trás dessa forte entidade religiosa. O território-rede das Assembleias de Deus, assegura a concentração de poder da organização. Assim, inserindo inúmeras congregações pelos bairros e nas mais diversas localidades das cidades brasileiras sem enxergar como problema a quantidade de templos próximos um do outro, as ADs obtêm forte êxito em sua territorialidade, que detém altos número de templos e de membros em todo Brasil. Mesmo tendo seu

poder subestimado por uns e usados por outros, a Assembleia de Deus permanece crescendo, assim como o pentecostalismo, e se faz necessário os debates constantes sobre a legitimação do poder dado a grupos com tendências intolerantes, que acabam por dificultar a democracia num país já excludente. Assim, como frear a alienação religiosa crescente em nosso país? Pois tal alienação, não é simples ou inofensiva, ela é nociva e, por vezes não conseguimos nota-la. Que possamos enxergar as relações de poder por trás dos territórios físicos, que nos limitam ao concreto, e fazem com que deixemos passar grandes agentes do poder, por já não conseguir perceber seu controle. Assim, o presente trabalho expõe a trajetória da territorialidade das ADs, pontuando seus múltiplos territórios. Logo, o poder enfatizado da organização faz um apelo para que possamos nos instigar a enxergar as religiões para além do caráter emocional, não a demonizando, mas também, não subestimando seu poder.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, Gedeon F. **Assembleias brasileiras de Deus: teorização, história e tipologia 1911- 2011**. 2012. 285 f. Tese (Doutorado em Ciências da Religião) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

AZEVEDO JR, A. Fake news e as eleições brasileiras de 2018: o uso da desinformação como estratégia de comunicação eleitoral. **Revista Más Poder Local**, Murcia, n. 44, maio. 2021. Disponível em: <<https://www.maspoderlocal.com/index.php/mpl/article/view/fake-news-eleicoes-brasileiras-2018-mpl44>>. Acesso em: 10 de setembro. 2021.

BAPTISTA, Douglas. **Valores Cristãos: Enfrentando as Questões Morais de Nosso Tempo**. 2º trimestre, 2018. CPAD, 2018. Disponível em: http://www.estudantesdabiblia.com.br/cpad_sumario_2018_2t.htm. Acesso em: 09 setembro. 2021.

CAMPOS, L. S. As origens norte-americanas do pentecostalismo brasileiro: observações sobre uma relação ainda pouco avaliada . **Revista USP, [S. l.]**, n. 67, p. 100-115, 2005. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13458>>. Acesso em: 13 nov. 2022.

CORRÊA, R. L. Formas simbólicas e espaço. Algumas considerações. **GEOgraphia**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, p.7-17, fev. 2007.

HAESBAERT, Rogério. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. Porto Alegre, 2004.

HAESBAERT, R. Território e multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, 8 fev. 2007.

KELM, Thiago Rafael Englert. A formação da Assembleia de Deus no Brasil e a abertura para um novo modo de ser: reflexões a partir de Paul Tillich. **Revista Eletrônica Correlatio**, São Paulo, v. 14, n. 28, p. 137 – 150. 2015.

NASCIMENTO, G.R. **O modelo missionário da assembleia de deus tradicional no Amazonas e sua relação com os Baré em são Gabriel da Cachoeira-AM**. 2020.Tese(mestrado em antropologia), Universidade Federal Do Amazonas, Manaus, 2020.

- MACHADO, Mônica Sampaio. **A lógica da reprodução pentecostal e sua expressão espacial.** In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SCARLATO, Francisco Capuno; ARROYO, Mônica. (Org.). *O novo mapa do mundo: fim de século e globalização.* São Paulo: HUCITEC/ANPUR, 1997, p. 224-232.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder.** São. Paulo (SP): Ática, 1993.
- ROSENDAHL, Z. **Uma procissão na geografia.** Rio de Janeiro: EDUERJ, 2018.
- SACK, R. **O significado de territorialidade.** In: DIAS, Leila Christina; FERRARI, Maristela (Orgs.). *Territorialidades humanas e redes sociais.* Florianópolis: Insular, 2013.
- SANTOS, Joceneide Cunha. XAVIER, Laila Ferreira. *Ide por todo mundo: a igreja Assembleia de Deus e sua expansão para Moçambique.* In: *Educação e Contemporaneidade*, XIX. 2020, São Cristóvão. *Anais*, educon. p. 2-14.
- SACK, R. **Territorialidade Humana: teoria e história.** Cambridge: Cambridge University Press. 1986.
- SILVA, C. J. **A Doutrina dos Usos e Costumes na Assembleia de Deus.** Tese de doutorado em ciências da religião. Goiânia: Universidade Católica De Goiás, 2003.
- SOARES, Esequias. *O verdadeiro Pentecostalismo — A atualidade da Doutrina Bíblica sobre a atuação do Espírito Santo.* **Lições bíblicas.** 1º trimestre, de 2021. CPAD, 2021. Disponível em: <https://www.estudantesdabiblia.com.br/licoes_cpad/2021/2021-01-03.htm>. Acesso em: 15 de janeiro. 2021.
- SOUZA, Marcelo I. S. **O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento O Problema da Escala.** In: *Geografia: Conceitos e Temas*, org. I.E.Castro, P.C.C. Gomes e R.L. Corrêa, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1995